

## SEÇÃO: Resenhas

### **MCKEOWN, Maeve. *With Power Comes Responsibility - The Politics of Structural Injustice*. 1st edition ed. [s.l.] Bloomsbury Academic, 2024.**

Davi Michels Ilha<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-8174-7194>

[daviilha00@gmail.com](mailto:daviilha00@gmail.com)

Em seu livro *With power comes responsibility* Maeve Mckeown (2024) apresenta algumas reflexões sobre injustiça estrutural, dialogando com os principais trabalhos da área, em especial com a obra de Iris Young, constantemente citada pela autora. A principal contribuição de Mckeown é uma maior sofisticação na delimitação da injustiça estrutural, demonstrando que ela nem sempre será simplesmente o resultado indesejado de uma série de pequenos processos feitos por pessoas comuns, uma vez que pessoas em posições de poder dentro das estruturas podem ter a capacidade de diminuir ou acabar com tais injustiças, ou então tais injustiças estão sendo deliberadamente mantidas por pessoas com poder. Ou seja, a injustiça estrutural pode ser pura, evitável ou deliberada. Embora não pretenda se distanciar do modelo de injustiça estrutural de Iris Young (1990, 2011, 2021), Mckeown traz novas reflexões para o debate, mas sempre recordando o que Young disse ou apontando quando não disse algo sobre algum tema em específico.

Assim, a principal tese do livro é de que a crítica à injustiça estrutural deve incorporar a questão do poder. Para tanto, o livro se divide em oito capítulos.

No primeiro capítulo, McKeown reflete sobre questões de justiça global e luta por reconhecimento e não apenas distribuição que acabaram levando até a temática da injustiça estrutural. A obra de Iris Young é a principal referência do campo. Entretanto, Young morreu

---

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista CAPES.

ainda jovem e sem conseguir terminar sua obra, deixando diversas questões em aberto. A questão sobre justiça global envolveu lados nacionalistas e cosmopolitas. De um lado, o nacionalismo e o estatismo deixaram de considerar que grandes injustiças são feitas dentro de nações e estados, bem como que há conexões entre diferentes nações, pois a riqueza de uma nação pode depender da exploração de outra. Os cosmopolitas, por sua vez, partiram de uma teoria ideal que deixa de lado as diferenças e as injustiças específicas que grupos específicos encontram, uma vez que buscam enfatizar o “universal”. Entretanto, as experiências opressivas acontecem justamente por conta de determinadas características que se tornam estereótipos acerca de grupos específicos. Ainda, tais perspectivas focam excessivamente em indivíduos e deixam de lado outros agentes da injustiça, como grupos corporativos e grupos sociais.

As ações que geram injustiças estruturais por vezes são nacionais, mas por vezes envolvem diversas partes do mundo, como no caso dos sweatshops. Quem é responsável por tais injustiças? Todos aqueles que têm alguma conexão com ela. É isso que Young defende e McKeown está disposta a concordar. Para a perspectiva agora já “clássica” de Young, a responsabilidade aqui não é moral, de culpa, pois os indivíduos não teriam agido de forma a ser possível traçar uma linha causal entre suas ações e a injustiça, uma vez que ela seria o resultado não desejado da soma de tais ações. A responsabilidade aqui está ligada ao futuro, não ao passado. Não é uma questão de atribuir responsabilidade moral, mas de responsabilidade política de transformação da estrutura injusta. Mas será que ninguém nunca tem culpa pelas injustiças estruturais?

McKeown concorda com Young que as pessoas comuns não carregam culpa, mas apenas responsabilidade política pelas injustiças estruturais. Entretanto, ela acredita que há, além da injustiça estrutural pura, a injustiça estrutural evitável e a deliberada. Para tanto, ela irá se basear no realismo crítico de Margaret Archer (2011) e nas reflexões sobre poder de Thomas Wartenburg (1990).

Em seu segundo capítulo, McKeown define injustiça estrutural e fala acerca das diferenças do realismo crítico de Archer, no qual ela busca se basear para refletir sobre injustiça estrutural, da base utilizada por Young, que é Giddens (2018). Seguindo a definição de Young, a autora afirma que a injustiça estrutural seria o resultado de processos sócio estruturais que tornam grupos de pessoas vulneráveis à dominação ou à opressão, sendo a dominação o impedimento dos indivíduos de escolherem como viver suas vidas, e a opressão

o impedimento ao autodesenvolvimento. Com isso, McKeown passa ao problema das relações entre agência e estrutura, e aqui Archer estaria se distanciando de Giddens.

Entre perspectivas coletivistas e individualistas, Archer afirma que nem a sociedade nem os indivíduos têm o monopólio do poder causal, e Giddens acabaria por cair em um reducionismo ao afirmar que as estruturas existem apenas quando instanciadas pelos indivíduos e afirmaria uma inseparabilidade entre agência e estrutura, o que Archer rejeita. Para o realismo crítico, as estruturas teriam propriedades emergentes, que não se resumem à soma de suas partes. Segundo McKeown, para Young os processos sócio-estruturais teriam quatro aspectos: restrições objetivas, posições sociais, resultados inesperados e estruturas produzidas apenas na ação. Para McKeown, as três primeiras características estariam de acordo com o realismo crítico, enquanto a quarta estaria ligada ao estruturacionismo de Giddens. O realismo crítico leva em conta que as estruturas já estão pré-dadas, são pré-constituídas, são o pano de fundo em que se realiza as possibilidades da ação. Ainda, ao menos parte das motivações para a ação podem ser explicadas pelas estruturas. Por exemplo, alguém em uma posição social que seja privilegiada por determinado sistema terá a tendência a desejar manter tal sistema funcionando.

Sobre o clássico exemplo de Young (2011), o caso de Sandy, uma mãe solteira que está prestes a ficar sem casa por conta de resultados indesejados de processos estruturais, McKeown aponta que a relação proprietário-locador é anterior a relação de Sandy com o proprietário do imóvel que ela loca, e essa relação por si traz certos custos de movimento para os indivíduos que se encontram nas respectivas posições sociais. Assim, as estruturas não determinam o que será feito, mas estabelecem o leque de opções e apontam custos e recompensas de acordo com o caminho escolhido.

Um possível esquema aponta que há 4 momentos da relação estrutura-agência para o realismo crítico: em T.1 as estruturas estão dadas. Em T.2 e T.3 há uma interação entre os indivíduos e suas ações com as estruturas. Em T.4, uma nova estrutura é formada a partir da interação de T.2 e T.3 (McKeown, 2024, p. 33).

Os condicionantes estruturais significam que não vivemos em um mundo feito apenas por nós mesmos. Assim, o realismo crítico defende que as estruturas pré-existem às ações individuais, e que os indivíduos podem reproduzir e também modificar as estruturas através de suas ações. Isso não significa que os indivíduos sejam condicionados absolutamente pelas

estruturas; os agentes podem escolher como agir dentro das estruturas, inclusive contestando-as.

Importa notar que nem todos os agentes têm o mesmo poder dentro das estruturas. Alguns se encontram em uma situação em que podem tomar mais ou menos decisões, com mais ou menos conhecimento da situação. Assim, agentes poderosos têm maior espaço de manobra e muitas vezes têm condições de modificar as estruturas, mas não o fazem, ou mesmo agem para mantê-las. As diferentes posições sociais dentro das estruturas trazem diferentes relações de poder. Um professor tem um grande poder sobre um aluno, por exemplo. E para que ele tenha tal poder, é preciso que terceiros ajam de forma a legitimar tal poder, colocando pressão no aluno e mesmo no professor para corresponder com as suas expectativas. Aqui podemos pensar nos pais que desejam que os alunos tenham bons empregos e para isso precisam de boas notas, nas universidades que fazem seleções de alunos, etc. A essas práticas coordenadas de outros que acabam por justificar e apoiar o poder do professor sobre o aluno podemos chamar de Alinhamento Social (McKeown, 2024, p. 38).

Assim, uma forma de contestar uma estrutura injusta é cobrar responsabilidade daqueles que são parte do alinhamento social, embora não envolvidos diretamente na estrutura. Alinhamentos contrários (exemplo: sindicatos) e alternativos (a possibilidade de ter o que o alinhamento “oficial” oferece) ao alinhamento mainstream também são úteis.

A partir da ideia de que pessoas poderosas ocupam posições dentro das estruturas que as permitem maior espaço de manobra, como menores custos de mudanças, etc, ou um maior impacto social de suas escolhas pessoais, McKeown afirma que não existe apenas a injustiça estrutural pura, onde nenhum indivíduo carrega culpa em relação a injustiça mas “apenas” responsabilidade política voltada ao ativismo por mudanças, mas também existiriam injustiças estruturais evitáveis e injustiças estruturais deliberadas. Na injustiça estrutural pura é muito difícil para o indivíduo não participar da reprodução da injustiça, que seria um resultado indesejado.

Acerca do exemplo de Sandy criado por Young, McKeown aponta que há estudos que indicam que intervenções estatais estratégicas poderiam mudar a situação em que Sandy se encontra, como a assistência judiciária gratuita para locadores, mas tais ações não são feitas. Desse modo, o próprio caso de Sandy seria uma injustiça estrutural evitável, e não um caso de injustiça estrutural pura (McKeown, 2024, p. 43).

Assim, há casos em que pessoas poderosas poderiam fazer algo para diminuir ou acabar com a injustiça estrutural, mas escolhem não o fazer. Ainda, há casos em que pessoas poderosas deliberadamente agem com a intenção de manter a estrutura injusta em questão. Ou seja, no caso da injustiça estrutural deliberada, os agentes poderosos não apenas têm condições de mudar a situação (como na evitável), mas também agem deliberadamente para mantê-la.

Na maioria dos casos de injustiça estrutural costuma haver agentes poderosos capazes de mudar a situação ou que deliberadamente mantém as coisas como estão. Se existe algum caso fático de injustiça estrutural pura ou não é discutível, mas a possibilidade existe.

McKeown (2024, p. 45) procura fazer uma definição de injustiça estrutural que, embora siga inspirada em Young, procura ser mais acurada:

Dentro das estruturas sociais, os agentes estão situados em diferentes posições sociais com graus variados de poder e acesso a recursos. As estruturas sociais são injustas quando resultam na opressão ou dominação de certos grupos sociais. A injustiça estrutural é ‘pura’ quando a injustiça é não intencional, imprevisível e não há agentes com a capacidade de remediar a injustiça; isso requer uma mudança estrutural social completa. A injustiça estrutural é ‘evitável’ quando os resultados injustos dos processos estruturais são previsíveis e há agentes com a capacidade de remediar a injustiça, mas eles falham em fazê-lo. A injustiça estrutural é ‘deliberada’ quando os resultados injustos são intencionais porque agentes poderosos se beneficiam dela, então eles deliberadamente a perpetuam, e esses agentes têm a capacidade de remediá-la, mas falham em fazê-lo.<sup>2</sup>

Dada a definição, creio que o que a autora quer dizer por “falham em fazê-lo” (*they fail to do so*) não é que tentaram e falharam, mas que nem mesmo tentaram, ao menos no caso da injustiça estrutural deliberada, posto que neste caso os agentes poderosos na estrutura em questão agem deliberadamente, como sugere o nome e já apontei, para mantê-la.

No terceiro capítulo a autora fala das formas de poder. Sobre as formas de poder, ela fala do poder episódico, disposicional e sistemático. Sobre as dimensões do poder, além das

---

<sup>2</sup> Within social structures agents are situated in different social positions with varying degrees of power and access to resources. The social structures are unjust when they result in the oppression or domination of certain social groups. Structural injustice is ‘pure’ when the injustice is unintended, unforeseeable and there are no agents with the capacity to remedy the injustice; it requires wholesale social-structural change. Structural injustice is ‘avoidable’ when the unjust outcomes of structural processes are foreseeable and there are agents with the capacity to remedy the injustice but they fail to do so. Structural injustice is ‘deliberate’ when the unjust outcomes are intended because powerful agents benefit from it so they deliberately perpetuate it, and these agents have the capacity to remedy it but they fail to do so.

formas clássicas de poder (A tem poder sobre B se pode obrigar ele a algo...), a autora chega ao poder produtivo de Foucault e em poder como capacidade, etc. Com isso, aponta como algumas grandes multinacionais detêm grande poder, tendo capacidade de modificar estruturas injustas, mas deliberadamente decidem não o fazê-lo.

No quarto capítulo a autora reflete sobre as formas de injustiça estrutural na prática, como os sweatshops (deliberada), pobreza (evitável) e mudança climática (candidata a injustiça estrutural pura). A intenção aqui é deixar claro que não há apenas uma forma de injustiça estrutural, aquela indesejada pelos participantes, mas que também há injustiças estruturais deliberadas e evitáveis, como já bastante enfatizado. No caso da injustiça estrutural pura, McKeown (2024) concorda com Young (2011) que as pessoas com ligação com a estrutura têm responsabilidade política mas não guardam responsabilidade moral. Já nos outros casos, a autora defende que há não apenas responsabilidade política, mas também responsabilidade moral, culpa.

No quinto capítulo, a autora fala um pouco mais sobre a responsabilidade moral. Aqui ela defende a ideia de que pessoas comuns não são moralmente culpadas pelas injustiças estruturais, uma vez que não tem intenção de reproduzir a injustiça estrutural. Assim, os cidadãos comuns reproduzem injustiças estruturais ou por inadvertência, isto é, por acharem que estão fazendo algo correto por seguirem as estruturas como estão, ou então por serem constrangidos pelas estruturas, ficando sem opções que não reproduzi-las. A autora reflete sobre algumas perspectivas morais apontando certas relações entre elas e suas ideias e as de Young. Ela traz o exemplo de Nadia, uma pessoa que precisa comprar roupas novas para uma entrevista de emprego. Ela é recém formada e precisa comprar suas roupas em uma loja com peças baratas, que por sua vez compra roupas de fábricas abomináveis ao redor do mundo, de sweatshops. Ela tem alguma culpa? Precisamos nos perguntar se ela sabia da injustiça. Segundo, se ela tem outra opção viável. Em uma sociedade capitalista, ter um emprego é uma questão de sobrevivência, e tendo em vista as normas da moda vigente, ela não pode ir para a entrevista com um vestido rasgado e velho, mas precisa de roupas que socialmente signifiquem algo positivo sobre ela. A compra de roupas, então, não torna Nadia culpada, posto que ela não tem escolha senão participar da estrutura injusta. Ainda, sua personalidade foi construída dentro das estruturas, com uma série de demandas sendo criadas pela indústria da moda. Como afirma McKeown (2024, p. 132):

Em vez de culpar os consumidores individualmente, portanto, devemos nos concentrar nas normas sociais e nos sistemas econômicos e políticos que estão causando essa injustiça e assumir juntos a responsabilidade política para mudá-los.<sup>3</sup>

As abordagens que focam nos indivíduos normais e não nas estruturas e nos indivíduos que têm poder para modificar as estruturas falham em ver as graves diferenças de poder entre eles.

No sexto capítulo a filósofa trata acerca da responsabilidade política. As pessoas têm responsabilidade política pelas injustiças estruturais com as quais estão ligadas. Foi Young (2011) quem formulou o conceito de modelo de conexão social de responsabilidade, que não é voltada ao passado e não envolve culpa, mas é voltada ao futuro, ao combate da injustiça estrutural, e deve acontecer através de ação coletiva, e McKeown utiliza tal ideia. Ela considera as questões do consumo ético e de sua insuficiência, bem como reflete sobre o modelo de papel ideal de responsabilidade de Zheng (2018), posto que ele foca demais em questões individuais e esquece que foram os movimentos sociais que deram espaço para que indivíduos pudessem repensar seus papéis dentro da sociedade. Além disso, as abordagens para a responsabilidade política de perspectivas que saem da ética das virtudes são também por demais individualistas.

A perspectiva de Young, entretanto, evita tais individualismos. McKeown defende o modelo de responsabilidade de Young no que se refere aos cidadãos comuns, defendendo, por exemplo, a sua vagueza, afirmando que ela é importante, posto que, como existem diversas injustiças estruturais e incalculáveis situações em que uma pessoa se conecta com alguma, não é possível nem desejável que se decida a priori, em uma poltrona, quais são as ações que devem ser tomadas. Para Young, a responsabilidade política tem cinco características: não é isolada, avalia as condições de fundo, é voltada ao futuro e não ao passado, é compartilhada e só acontece por meio da ação coletiva.

Para McKeown, a responsabilidade política pode ser compreendida como solidariedade política. Essa solidariedade, é claro, teria respeito pelas diferenças, sendo uma “solidariedade reflexiva”, e não baseada na identidade e intra-grupo. Assim, ela envolve um constante

---

<sup>3</sup> Instead of blaming individual consumers, therefore, we should focus on the social norms and the economic and political systems that are causing this injustice, and take political responsibility together to change them.

esforço, posto que os acordos entre diferentes pessoas e grupos devem ser frequentemente buscados e atualizados. A responsabilidade está ligada a uma preocupação com o outro, enquanto a culpa está ligada a uma preocupação consigo mesmo. Se uma pessoa falha em ter responsabilidade política, ela deve ser culpada? McKeown defende que não, uma vez que desenvolver responsabilidade política é um processo de aprendizagem, de desenvolvimento de capacidades para participar de ações coletivas por mudanças (McKeown, 2024, p. 180).

O sétimo capítulo trata acerca das injustiças históricas e das corporações. Se agentes normais não são culpados mas “apenas” responsáveis politicamente pela injustiça estrutural, agentes com poder dentro das estruturas carregam culpa, nos casos de injustiças estruturais que são evitáveis ou deliberadas. Ela defende a capacidade de corporações em si, e não apenas os agentes dentro dela, serem responsáveis por seus atos.<sup>4</sup>

Após, McKeown traz a questão da injustiça estrutural histórica, como a escravidão, por exemplo. A autora demonstra como o debate sobre o tema deixa de lado diversas corporações que se beneficiaram do tráfico de escravizados e que ainda existem, e traz o caso da empresa Lloyds de Londres que, em 2020, resolveu pedir desculpas e pagar reparações por seu envolvimento com o tráfico de escravizados. A culpa e responsabilidade por tais injustiças históricas não serão necessariamente algo que envolva reparações monetárias, mas podem envolver memoriais e as mais diversas práticas. Assim, nem sempre a ação para reparar injustiças estruturais históricas precisará identificar o grupo específico que foi injustiçado, enquanto outras vezes precisará, a depender de cada situação.

As injustiças estruturais do passado podem persistir ao longo do tempo, com os arranjos estruturais se mantendo de forma a manter os grupos sociais dentro de suas posições. Nuti (2019), por exemplo, defende que as injustiças estruturais que devem ser reparadas são aquelas que se mantêm até os dias de hoje de alguma forma. McKeown defende que não apenas tais casos exigem reparação, mas está disposta a ter uma visão em algum sentido voltada ao passado para responsabilizar e culpar os agentes responsáveis se eles ainda existem, como é o caso de corporações e estados que existiam na época da escravidão e ainda existem. Assim, se o agente perpetrador da injustiça continua a existir, continua a existir a necessidade de reparação.

---

<sup>4</sup> Nesse ponto, é curioso notar que a autora utiliza diversos autores para afirmar que as empresas em si tem responsabilidade e não apenas os agentes que são parte da empresa, uma vez que para nós, brasileiros, essa conclusão soa bastante clara e evidente, sendo respaldada até mesmo pelo direito no Brasil.



No capítulo final a filósofa fala sobre a possibilidade de ação para os que assumem a responsabilidade política, como a criação de alinhamentos sociais alternativos ou contrários ao alinhamento social oficial, bem como da necessidade de se pensar em soluções de curto e longo prazo. Também importa a criação de imaginários sociais alternativos, que consigam pensar sobre coisas diferentes das que existem na sociedade atual, para que assim sejam capazes de encontrar novas alternativas para os problemas sociais. A ação coletiva, afirma a autora, deve ser baseada em perspectivas interseccionais que não trate com paternalismo os oprimidos, mas que teça as soluções junto deles, como atores importantes dentro da ação coletiva. O que exatamente cada um deve fazer, quais injustiças estruturais ele deve prestar mais atenção e atuar diretamente... são questões que apenas podem ser respondidas na prática. Sobre isso, alguns guias gerais podem ser: 1. benefício, o quanto o agente é privilegiado ou não pela estrutura em questão; 2. habilidade coletiva, isto é, a capacidade de usar recursos e esquemas culturais já existentes para enfrentar as injustiças estruturais; 3. interesse, e aqui podemos falar de um interesse direto, como ser vítima de ou conviver diariamente com alguma injustiça estrutural, até mesmo um interesse pessoal sem uma motivação direta clara; 4. proximidade, isto é, ter uma relação próxima com a injustiça em questão, o que pode ajudar a criar estratégias que não acabem por prejudicar mais do que ajudar os afetados.

Por fim, McKeown (2024, p. 234) afirma que: “Responsabilidade política para nós significa trabalhar para alcançar solidariedade com os outros e agir coletivamente para desafiar a injustiça estrutural.”<sup>5</sup> Assim, vemos que a autora inova ao trazer novas perspectivas para o debate sobre injustiça estrutural, buscando atualizar e dialogar com a obra de Young.

## Referências

ARCHER, Margaret S. **Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social: Ação, estrutura e contradição na análise sociológica**. 1ª edição ed. [S.l.]: Editora Vozes, 2018.

---

<sup>5</sup> “Political responsibility for us means working to achieve solidarity with others and acting collectively to challenge structural injustice.”

MCKEOWN, M. **With Power Comes Responsibility: The Politics of Structural Injustice**. 1st edition ed. [s.l.] Bloomsbury Academic, 2024.

NUTI, Alasia. **Injustice and the Reproduction of History: Structural Inequalities, Gender and Redress**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2019.

WARTENBERG, Thomas E. **The forms of power : from domination to transformation**. [S.l.]: Philadelphia : Temple University Press, 1990.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. [s.l.] Princeton University Press, 1990.

YOUNG, I. M. **Responsibility for Justice**. , US: Oxford University Press USA, 2011.

YOUNG, I. M. Cinco faces da opressão. **Direito Público**, v. 18, n. 97, 30 abr. 2021.

ZHENG, Robin. What is My Role in Changing the System? A New Model of Responsibility for Structural Injustice | Ethical Theory and Moral Practice. **Ethic Theory Moral Prac**, v. 21, 2018.

*Recebido em: 22/04/2025.*

*Aprovado em: 22/08/2024.*

*Publicado em: 17/09/2025*